

ARTIGO

DOI: 10.3395/VD.V2I4.460

Intersectorialidade e potenciais conflitos de interesse entre governos e setor privado comercial no âmbito das ações de alimentação e nutrição para o enfrentamento de doenças crônicas não transmissíveis

Intersectoriality and potential conflicts of interest between governments and private, commercial sector within the context of food and nutrition actions to deal with chronic non-communicable diseases

RESUMO

Neste artigo foram analisados os potenciais conflitos entre interesses governamentais e privados de caráter comercial em torno das ações de alimentação e nutrição (AN) no âmbito de propostas intersectoriais de enfrentamento das DCNT no Brasil. Para tal, foram identificados artigos acadêmicos e documentos institucionais publicados a partir de 2000 que abordassem as ações de AN em políticas de DCNT pautadas pela intersectorialidade. Foram priorizados elementos que contribuíssem para a compreensão dos potenciais conflitos de interesse entre governos e o setor privado comercial no âmbito de estratégias intersectoriais de enfrentamento de DCNT. Concluiu-se que o princípio da intersectorialidade, desassociado de um processo político que problematize os critérios de eleição e as práticas institucionais dos setores que respondem pelo conjunto de ações que compõe as políticas governamentais, pode servir como facilitador do favorecimento de interesses comerciais. A participação no processo decisório de setores de interesse comercial cujas práticas ferem objetivos e princípios das políticas públicas, movidos pela expansão da demanda por seus produtos e pela concentração progressiva de poder, pode retardar, atenuar ou impedir ações efetivas na redução de DCNT. Esta possibilidade é particularmente relevante no âmbito de atribuições que são próprias aos entes Estatais, especialmente as estratégias regulatórias.

PALAVRAS-CHAVE: Ação Intersectorial; Conflito de Interesses; Doença Crônica; Política de Saúde; Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação

ABSTRACT

This article analyzed the potential conflicts of interest between government and private commercial sectors in the area of food and nutrition (FN) activities within the context of intersectoral proposals for dealing with chronic non-communicable diseases (CNCD) in Brazil. To this end, academic articles and institutional documents published after 2000 were identified that addressed FN actions in CNCD policies guided by intersectoriality. Elements that contributed to understanding the potential conflicts of interest between governments and the private, commercial sector within the context of intersectoral strategies to deal with CNCD were prioritized. It was concluded that the principle of intersectoriality disassociated from a political process that complicates the eligibility criteria and institutional practices of the sectors responsible for the set of actions that comprise government policies may serve as facilitators for favoring commercial interests. Participation in the decision-making process of the sectors of commercial interest whose practices, driven by increased demand for their products and the progressive concentration of power, contradict the purposes and principles of public policy, may delay, reduce, or prevent effective actions to reduce CNCD. This possibility is particularly relevant in the context of attributions that are specific to government entities, especially regulatory strategies.

^I Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil

^{II} Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA), Ministério da Saúde, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^{III} Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ) Rio de Janeiro, RJ, Brasil

* E-mail: burlandy@uol.com.br

Recebido: 18 set 2014

Aprovado: 21 out 2014

KEYWORDS: Intersectoral Action; Conflict of Interests; Chronic Disease; Health Policy; Food and Nutrition Programs and Policies



INTRODUÇÃO

A magnitude e a velocidade de crescimento das chamadas “doenças crônicas não transmissíveis” (DCNT), associadas à mortalidade prematura e às limitações no cotidiano de vida das populações afetadas, vêm mobilizando a intervenção de governos nos cenários nacional e internacional. Uma questão que tem sido amplamente debatida refere-se a quais intervenções devem ser priorizadas para produzir um efeito acelerado e de grande escala na redução da morbidade e mortalidade^{1,2}.

A configuração das DCNT, que incluem problemas do aparelho circulatório, doenças respiratórias crônicas, diabetes e diferentes tipos de câncer, desafia a formulação de políticas públicas que afetem seus múltiplos condicionantes, tais como: práticas alimentares não saudáveis, sobrepeso e obesidade, uso do tabaco e do álcool e a inatividade física. Algumas propostas de intervenção indicam que políticas efetivas requerem a integração de ações implementadas por diversas instituições, para além dos governos, numa perspectiva de articulação intersetorial^{1,2}. No entanto, este tipo de estratégia integradora demanda uma cadeia complexa de implementação e um processo político e decisório igualmente desafiador, considerando a multiplicidade de interesses em pauta e os potenciais conflitos e convergências entre eles. Além da complexidade do processo político e decisório, a implementação de determinadas ações é, em si, um grande desafio diante destes conflitos.

Estudos vêm indicando as relações entre a elevada prevalência de DCNT, o perfil alimentar contemporâneo e características do sistema alimentar brasileiro, especialmente: o uso de agrotóxicos e o aumento substantivo no consumo de produtos processados. O enfoque de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), desenvolvido no Brasil nas últimas décadas, indica que este perfil é fortemente condicionado pelos modos de produção, abastecimento e comercialização de alimentos no país^{3,4,5}. As tecnologias empregadas no sistema produtivo, incluindo o uso intensivo de agrotóxicos e a adoção de sementes transgênicas são aspectos destacados⁶. Na perspectiva da SAN, as alternativas para enfrentar problemas nutricionais relevantes no país (obesidade, deficiência de micronutrientes, fome e desnutrição) residem na transformação do sistema alimentar visando à transição para modos agroecológicos de produção, à aproximação entre produção e consumo de alimentos, à valorização da tradição culinária e à diversidade cultural alimentar. Nestes termos, um sistema alimentar sensível à nutrição é aquele que favorece uma maior disponibilidade e diversidade de alimentos *in natura* produzidos em base agroecológica. Soluções concorrentes são pautadas num enfoque totalmente distinto, que se estabelece a partir das conexões entre uma abordagem biomédica, medicalizante e artificial da nutrição e uma perspectiva produtivista e tecnológica da agricultura. Nesta perspectiva, são priorizadas intervenções como a suplementação alimentar, a fortificação de produtos e de sementes e a transgenia^{3,4,5,6,7,8,9}.

Portanto, algumas ações que visam modificar esse perfil alimentar podem afetar diretamente os interesses do setor privado de caráter comercial. Por outro lado, outros tipos de propostas podem justamente ir de encontro aos interesses deste setor, como as intervenções medicalizantes e tecnológicas^{3,4,5,6,7,8,9}.

Neste cenário, algumas questões podem ser consideradas na configuração de políticas públicas, dentre elas: ações de instituições governamentais e não governamentais, especialmente as do setor privado comercial, devem ser integradas em situações marcadas por conflitos de interesses? Em quais circunstâncias? Como? Considerando estes potenciais conflitos e a complexidade do processo saúde-doença no âmbito das DCNT, que tipos de ações e estratégias vêm sendo priorizadas pelas medidas em curso? Aquelas mais relacionadas às estruturas institucionais e de gestão e aos processos políticos, econômicos e sociais que condicionam as DCNT? Ou as situadas no âmbito das decisões e escolhas de caráter mais individual?

Estas questões pautam um debate que é simultaneamente técnico e político. As intervenções propostas indicam quais as ações que os governos pretendem definir como “o que é possível” num dado contexto sócio-político. Consequentemente, definem o que os governos pretendem delegar para outros setores e por quê. Como se estabelece o que cabe aos governos e as demais organizações, que não são em tese “governamentais”, levando em conta os conflitos de interesse que atravessam tais políticas? Para além das ações em si, cabe analisar como se configuram os processos e as estratégias de implementação neste cenário de conflitos.

Considerando a pertinência desse debate, este artigo tem como objetivo analisar os potenciais conflitos entre interesses governamentais e privados de caráter comercial em torno das ações de alimentação e nutrição (AN) no âmbito de propostas interseoriais de enfrentamento das DCNT.

METODOLOGIA

Concepções orientadoras e referenciais teóricos adotados

Diante do destaque que vem sendo conferido às articulações interseoriais para o enfrentamento de DCNT^{1,2}, o estudo pautou-se numa análise dos pontos potenciais de conflitos entre interesses governamentais e privados comerciais em sua relação com propostas que requerem uma ação intersetorial. Portanto, cabe explicitar como foram abordados a noção de interesses e o conceito de intersetorialidade.

Partiu-se do pressuposto que interesse público não se confunde com governamental e que governos, organizações da sociedade civil e setor privado de caráter comercial, ou “sem fins lucrativos”, não configuram setores homogêneos. Organizações classificadas como “sem fins lucrativos” podem ser financiadas por empresas que têm caráter comercial. Por outro lado, diferentes setores dentro dos governos podem ser pautados também por interesses comerciais e podem integrar redes de políticas que atravessam instituições estatais, privadas e societárias. Diante da complexidade deste cenário, o artigo teve como foco a análise de pontos potenciais de conflitos entre interesses governamentais (expressos em políticas públicas) e interesses privados de caráter comercial. Não foram problematizados os pontos potenciais de conflito



entre interesses de governos e de organizações que não tenham caráter comercial como objetivo primordial. De igual modo, não foram aprofundados os conflitos internos ao próprio governo, nem os pontos de convergência de interesses, ainda que identificados pontualmente em momentos específicos da análise.

O termo intersectorialidade pode ser identificado em diferentes propostas governamentais, especialmente a partir da década de 1990, e são múltiplos os significados a ele atribuídos. Uma concepção recorrente refere-se às iniciativas de integração entre setores governamentais (saúde, educação, assistência, previdência, entre outros) frente a uma institucionalidade tradicionalmente fragmentada¹⁰. Por vezes, considera-se não apenas a integração governamental, mas também as relações entre governos e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos que teriam, em tese, interesses públicos^{11,12}.

A perspectiva intersectorial em si não foi o foco principal do estudo (ainda que esta questão seja igualmente relevante), mas privilegiou-se a compreensão dos potenciais conflitos entre interesses governamentais e privados comerciais no âmbito de propostas intersectoriais. Coube questionar se o princípio da intersectorialidade pode sinalizar relações entre setores comerciais e governos que potencializam situações de conflitos de interesses. Alguns elementos foram estratégicos nesta análise, tais como: o que é considerado como setor; quais as diferentes instituições (governamentais ou não) que são abarcadas neste escopo; como são ou não são caracterizadas situações de conflitos de interesses. Para tal, foram identificadas diferentes possibilidades de ação no campo da alimentação e nutrição (AN) que vêm sendo apresentadas em propostas intersectoriais de enfrentamento de DCNT. Foram analisadas as possíveis repercussões que os distintos tipos de intervenção trazem para a ação governamental e para as articulações estabelecidas com o setor privado comercial.

Métodos de construção e análise dos dados

Foram identificados artigos acadêmicos e documentos institucionais publicados a partir de 2000 que abordassem as ações de AN em políticas de enfrentamento de DCNT pautadas por uma abordagem intersectorial. O objetivo não foi o de proceder a uma análise exaustiva no campo mais amplo das DCNT e AN. Foram priorizados elementos que contribuíssem para a compreensão dos potenciais conflitos de interesse entre governos e setor privado comercial no âmbito de estratégias intersectoriais de enfrentamento de DCNT^{1,2,13,14}.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ações propostas e suas implicações para os governos

Os estudos que correlacionam as transformações nas práticas alimentares com o aumento de DCNT passaram a ser utilizados como justificativa às intervenções do setor sanitário^{13,14,15,16,17,18,19}. No entanto, o conjunto de fatores que contribui para as tendências alimentares contemporâneas é demasiadamente amplo e complexo. O consumo de frutas, verduras e legumes abaixo do recomendado pela Organização Mundial de Saúde e pelo Ministério da Saúde, o

uso de agrotóxicos na produção destes alimentos, o crescente consumo de produtos processados e ultraprocessados são aspectos que envolvem todo o sistema alimentar. O Brasil representa o maior mercado consumidor de agrotóxicos do mundo, fato relacionado com o risco de DCNT, apesar da subnotificação dos sistemas de monitoramento^{20,21,22}. No entanto, esta questão é tratada superficialmente nas propostas de enfrentamento das DCNT no país²³.

Estes diferentes problemas que afetam o sistema alimentar brasileiro podem ser associados a práticas produtivas do setor privado comercial. Considerando o amplo escopo de condicionantes das DCNT (políticos, econômicos, psicossociais, entre outros), as “soluções” apresentadas demandam ações específicas dos governos e geram desafios de ordem muito distinta no curso do processo político e decisório. Por exemplo, afetar os fatores políticos e econômicos pode ser extremamente desafiador, especialmente diante dos potenciais conflitos com os interesses do setor privado comercial. Por outro lado, disseminar informações com a finalidade de estimular indivíduos a modificarem sua alimentação e sua prática de atividade física pode não ter tantas implicações para os governos em termos desse tipo de conflito, ainda que a população afetada enfrente enormes desafios para adotar novas práticas. Os diferentes tipos de ação afetam os interesses e as práticas institucionais, individuais e coletivas de forma diferenciada e trazem implicações muito distintas para os governos e para a configuração de situações de conflito.

Dentro do escopo de ações possíveis, destacam-se: a disseminação de informações (em relação aos riscos; rotulagem de alimentos; doenças em pauta); modificações na composição de produtos por meio de pactos com a indústria (redução do teor de gorduras, sal, açúcar e substituição de gorduras *trans* por gorduras poli-insaturadas); o aumento da oferta de alimentos *in natura* através de mudanças no sistema alimentar; as ações regulatórias para reduzir a demanda por produtos que envolvem restrições sobre o marketing de alimentos e bebidas com muito sal, gorduras e açúcares, taxaço de produtos e subsídios para alimentos saudáveis^{1,2,9,13,14,24}.

Algumas intervenções propostas visam o incentivo ao consumo de alimentos *in natura* e a retração do consumo de processados e do uso de agrotóxicos. No âmbito do sistema de SAN, destaca-se a perspectiva de transição para modelos produtivos de base agroecológica. Neste processo, configura-se o conflito com interesses de setores comerciais, cujas práticas vêm sendo inclusive associadas ao próprio crescimento dessas doenças, especialmente a partir de ações que são específicas dos governos, tais como: a regulamentação da publicidade de alimentos; as taxaço de produtos ultraprocessados; a restrição das compras governamentais institucionais desses produtos e a transição para modelos agroecológicos de produção. Portanto, dentre o conjunto de estratégias possíveis algumas esbarram diretamente nos interesses comerciais. Estas ações tipicamente governamentais tendem a configurar pontos potenciais de conflitos com os interesses comerciais. Estes conflitos assumem maior ou menor magnitude, dependendo do quanto impactam as práticas comerciais que sustentam os arranjos produtivos deste setor e o retorno de capital aos acionistas^{7,25,26,27}.



No âmbito da regulação da publicidade, por exemplo, o conflito de interesses evidencia-se nas disputas judiciais entre as propostas em pauta, quais sejam a de regulação estatal ou a autorregulação. Esta disputa não é aleatória uma vez que as ações de regulamentação estatal sobre o setor privado comercial ferem de forma muito incisiva os interesses deste setor^{26,27}.

Estratégias para implementação das ações

O pressuposto de que a redução das DCNT demanda ações de diferentes instituições fundamenta a formulação de estratégias intersetoriais e o estabelecimento de alianças e parcerias multi-setoriais. Estas articulações podem envolver organizações governamentais, não governamentais, incluindo o setor privado comercial, além da cooperação entre níveis e setores de governo^{1,2,13,14}.

Se o setor privado comercial pode ser integrado como parte da articulação intersetorial com os governos, cabe considerar as diferenças importantes entre estes setores na conformação das DCNT. Quais os pactos possíveis entre setores que desempenham um papel muito distinto na configuração do problema? As corporações transnacionais têm como objeto de lucro a venda de álcool, fumo, agrotóxicos, sementes transgênicas, suplementos nutricionais e produtos alimentícios processados. Estes produtos, por sua vez, estão intimamente relacionados com o aumento da prevalência de DCNT e dos fatores de risco associados, tais como o sobrepeso e obesidade. Portanto, qual o papel possível a ser desempenhado por esse segmento no curso do planejamento governamental?

Para evitar conclusões simplistas no que se refere à análise dos potenciais conflitos de interesse é importante identificar: que tipos de interesses (econômicos, políticos, privados, comerciais, públicos) pautam as ações de determinadas instituições; quais as redes de políticas que se constroem em torno destes interesses; como estas redes atravessam governos, setor privado comercial e organizações societárias inclusive aquelas que, em tese, não têm fins lucrativos. Para tal, não há como levar em conta apenas as categorizações tradicionalmente utilizadas para identificar estes “setores”, tais como: instituições com ou sem fins lucrativos; organizações da sociedade civil de interesse público; setor privado; dentre outros. Este cuidado é relevante diante da heterogeneidade de práticas políticas e institucionais no âmbito de cada um destes “setores”. Coletivos políticos que atuam tanto na esfera internacional como nacional vêm sugerindo a importância de análises que avancem para além destas categorizações tradicionais e que considerem se os produtos, as práticas e as políticas institucionais (que incluem a missão e visão destas instituições e seus objetivos e metas) ferem interesses, objetivos e princípios pautados nas políticas públicas construídas em cada contexto geopolítico territorial²⁸.

Neste sentido, a distinção do setor comercial a partir de princípios presentes na política social brasileira, como, por exemplo, a equidade, poderia contribuir para analisar os conflitos de interesses à luz das diferenças entre grandes conglomerados empresariais transnacionais (concentradores de renda, de terras e de influência política) e pequenos produtores, empreendedores artesanais e agricultores familiares. Apesar de serem igualmente pautados

por interesses de caráter comercial, suas possibilidades de influência política, concentração de riquezas e, portanto, de geração de desigualdades e disseminação de práticas, são muito distintas.

O aumento da capacidade de intervenção política de corporações transnacionais vem sendo relacionado com um incremento no consumo de produtos intimamente associados ao aumento de DCNT²⁹. De igual modo, a associação deste perfil de consumo com a obesidade vem ultrapassando o uso do tabaco como maior fator prevenível gerador de carga de doenças em algumas regiões³⁰. Portanto, as atividades transnacionais decorrentes da globalização, que envolvem atores com diferentes interesses e níveis de poder, podem gerar efeitos desiguais e negativos sobre a saúde, sejam intencionais ou não. Apesar de os governos serem detentores de autoridade pública para regular qualquer agente do setor privado operando em seu território, na prática, os Estados têm dificuldades de atuar sobre corporações transnacionais. Isto se deve não apenas ao seu poder econômico, mas também ao fato de poderem mudar jurisdições com relativa facilidade para evitar ou impedir que sejam reguladas³¹.

Portanto, a análise das implicações das práticas de alguns segmentos do setor comercial, que indicam o esgotamento e as repercussões perversas de um modelo capaz de produzir desigualdades, formas de sociabilidade empobrecidas e perfis de consumo insustentáveis³², contribui de forma importante para a compreensão dos conflitos de interesse.

CONCLUSÃO

O princípio da intersetorialidade, desassociado de um processo político que problematize os critérios de eleição e as práticas institucionais dos setores que respondem pelo conjunto de ações de enfrentamento das DCNT, pode servir de porta de entrada para os interesses comerciais. Uma intersetorialidade “despolitizada” pode contribuir para que sejam ignorados os conflitos de interesse existentes. A participação no processo decisório de setores de interesse comercial cujas práticas ferem objetivos e princípios das políticas públicas, movidos pela expansão da demanda por seus produtos, e pela concentração progressiva de poder, pode retardar, atenuar ou impedir ações efetivas na redução de DCNT. Empresas que comprometem a saúde de populações, das mais distintas formas – comercializando produtos nocivos à saúde, promovendo práticas não saudáveis, intensificando iniquidades, comprometendo agrobiodiversidade e diversidade cultural – podem utilizar a porta da intersetorialidade para assumirem papel de formuladores de políticas e tomadores de decisões. No curso deste processo, podem propor ações não efetivas ou pouco efetivas que não interferirão em seus negócios. Além disto, podem se antecipar às intervenções estatais mais rigorosas, promovendo iniciativas voluntárias que distraem o foco político para o que é “possível” ao invés do que é necessário.

Grandes corporações transnacionais operam com um capital superior ao de muitas nações, na ausência de mecanismos de (re)equilíbrio de poderes, os processos decisórios são desequilibrados em favor de um modelo corporativo. Consequentemente,



as políticas públicas que resultam de uma construção coletiva intersetorial, onde há forte desequilíbrio de poder, podem contribuir para reforçar os interesses comerciais, caso desconsiderem os pontos potenciais de conflitos com os interesses governamentais. Esta possibilidade é particularmente relevante no âmbito de atribuições que são próprias aos entes Estatais, especialmente as estratégias regulatórias.

A proposição de ações não efetivas ou pouco efetivas, que não firmam os negócios de grandes corporações, pode indicar um desequilíbrio de poder decisório. Outro indício desse desequilíbrio reside no fato de tal sobrevalorização da participação de todos os setores na formulação de políticas incluir o setor que deveria ter sua prática regulada pelos governos e não mencionar os setores governamentais responsáveis pela regulação de suas atividades.

Como reiteradamente sinalizado, as DCNT são alavancadas por produtos, práticas e políticas de grandes corporações de produtos processados, insumos agrícolas, bebidas alcóolicas e tabaco.

Essas empresas não podem operar contra sua própria lógica de acumulação de capital, que depende de tais produtos, práticas e políticas. Portanto, sua coerência institucional é perseguida em torno de interesses comerciais.

Diante deste conjunto de questões problematizadas, pode-se considerar que processos decisórios e estratégias intersetoriais que atendam aos princípios e objetivos pautados nas políticas públicas de enfrentamento das DCNT requerem: a análise das práticas institucionais dos setores envolvidos, bem como das relações de poder que se estabelecem ou são impostas, no sentido de identificar em que medida ferem estes objetivos e princípios; a definição do papel de cada setor e das ações prioritárias, considerando os pontos potenciais de conflitos de interesse. Cabe ao Estado e aos setores da sociedade pautados por interesses públicos promoverem a regulação de produtos e práticas comerciais que comprometam a saúde pública e os recursos naturais essenciais à vida e a democracia.

REFERÊNCIAS

1. United Nations. Summary of the informal interactive hearing with representatives of nongovernmental organizations, civil society organizations, academia and the private sector, to provide an input to preparatory process of the 2011 High-level Meeting on the Prevention and Control of Non-communicable Diseases. New York: United Nations; 2011.
2. Ministério da Saúde (BR). Plano de ações estratégicas para o enfrentamento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2011.
3. Burlandy L, Bocca C, Mattos R. Mediações entre conceitos, conhecimento e políticas de alimentação, nutrição e segurança alimentar e nutricional. *Rev Nutr.* 2012;25(1):9-20. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732012000100002>
4. Burlandy L, Rocha C, Maluf R. Integrating nutrition into agricultural and rural development policies: the Brazilian experience of building and innovative food and nutrition security approach. In: Thompson B, Amoroso L, editores. *Improving diets and nutrition: food-based approaches.* Rome: FAO; 2014. p. 101-12.
5. Maluf R, Burlandy L, Santarelli M, Schottz V, Speranza JS. Nutrition-sensitive agriculture in Brazil. The Brazilian experience in promoting food and nutrition sovereignty and security: Contributions to the debate on nutrition-sensitive agriculture. In: Virchow D, organizador. *Nutrition-sensitive agriculture: a pillar of improved nutrition and better health.* Hohenheim: Food Security Center, University of Hohenheim; 2013.
6. Menezes F, Soares ACO, Romano JO. Segurança alimentar e nutricional: balanço e novos desafios. In: Fonseca A, Fagnani E, organizadores. *Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2013. p. 257-77.
7. Gomes FS. Artificial mends to food systems. In: Dederichs-Bain B, Ramm W, editores. *Food fortification: a techno-fix or a sustainable solution to fight hidden hunger?* Bonn: Deutsche Welthungerhilfe; 2014. p. 57-60.
8. Schmidt MI, Duncan BB, Silva GA, Menezes AM, Monteiro CA, Barreto SM, et al. Chronic non-communicable diseases in Brazil: burden and current challenges. *Lancet.* 2011;377(9781):1949-61. [http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(11\)60135-9](http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(11)60135-9)
9. Moodie R, Stuckler D, Monteiro CA, Sheron N, Neal B, Thamarangsi T, et al. Profits and pandemics: prevention of harmful effects of tobacco, alcohol, and ultra-processed food and drink industries. *Lancet.* 2013;381(9867):670-9. [http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(12\)62089-3](http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(12)62089-3)
10. Monnerat GL, Almeida NLT, Souza RG, organizadores. *A intersetorialidade na agenda das políticas sociais.* Campinas: Papel Social; 2014.
11. Junqueira LAP. Descentralização e intersetorialidade: a construção de um novo modelo de gestão municipal. *RAP.* 1998;32(2):11-22.
12. Junqueira LAP. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. *Saúde Soc.* 2004;13(1):25-36. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902004000100004>
13. World Health Organization. *The global strategy for prevention and control of noncommunicable diseases.* Geneva: World Health Organization; 2000.
14. World Health Organization. *The global strategy on diet and physical activity and health.* Geneva: World Health Organization; 2004.
15. Monteiro CA, Levy RB, Claro RM, Castro IRR, Cannon G. Increasing consumption of ultra-processed foods and likely impact on human health: evidence from Brazil. *Public Health Nutr.* 2011;14(1):5-13. <http://dx.doi.org/10.1017/S1368980010003241>



16. Levy RB, Claro RM, Monteiro CA. Sugar and total energy content of household food purchases in Brazil. *Public Health Nutr.* 2009;12(11):2084-91. <http://dx.doi.org/10.1017/S1368980009005588>
17. Diez Garcia RW. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. *Rev Nutr.* 2003;16(4):483-92. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732003000400011>
18. Mendonça CP, Anjos LA. Aspectos das práticas alimentares e da atividade física como determinantes do crescimento do sobrepeso/obesidade no Brasil. *Cad Saúde Pública.* 2004; 20(3):698-709. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2004000300006>
19. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009: antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2010.
20. Londres F. Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida. Rio de Janeiro: Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa; 2011.
21. Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO. Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Parte 1 - Agrotóxicos, segurança alimentar e nutricional e saúde. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Saúde Coletiva; 2012.
22. Preza DLC, Augusto LGS. Vulnerabilidades de trabalhadores rurais frente ao uso de agrotóxicos na produção de hortaliças em região do Nordeste do Brasil. *Rev Bras Saúde Ocup.* 2012;37(125):89-98. <http://dx.doi.org/10.1590/S0303-76572012000100012>
23. Malta DC, Silva Junior JB. Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis no Brasil e a definição das metas globais para o enfrentamento dessas doenças até 2025: uma revisão. *Epidemiol Serv Saúde.* 2013;22(1):151-64.
24. Ministério da Saúde (BR). Política nacional de alimentação e nutrição. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2011.
25. Gomes FS, Lobstein T. Food and beverage transnational corporations and nutrition policy. *SCN News.* 2011;(39):57-65.
26. Gomes FS, Castro IRR, Monteiro CA. Publicidade de alimentos no Brasil: avanços e desafios. *Ciênc Cult.* 2010;62(4):48-51.
27. Henriques P, Dias PC, Burlandy L. A regulamentação da propaganda de alimentos no Brasil: convergências e conflitos de interesses. *Cad Saúde Pública.* 2014;30(6):1219-28. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00183912>
28. Frente pela Regulação da Relação Público Privado em Alimentação e Nutrição. Manifesto de criação da Frente pela Regulação da Relação Público-Privado em Alimentação e Nutrição [blog na Internet]. 2014 [citado em: 15 set. 2014]. Disponível em: <http://regulacaopublicoprivado.blogspot.com.br/p/manifesto.html>
29. Stuckler D, MCKee M, Ebrahim S, Basu S. Manufacturing epidemics: the role of global producers in increased consumption of unhealthy commodities including processed, alcohol and tobacco. *PLoS Med.* 2012;9(6):e1001235. <http://dx.doi.org/10.1371/journal.pmed.1001235>.
30. Hoad V, Somerford P, Katzenellenbogen J. High body mass index overtakes tobacco as the leading independent risk factor contributing to disease burden in Western Australia. *Aust NZ J Public Health.* 2010;34(2):214-5. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1753-6405.2010.00509.x>
31. Ottersen OP, Dasgupta J, Blouin C, Buss P, Chongsuvivatwong V, Frenk J, et al. The political origins of health inequity: prospects for change. *Lancet.* 2014;383(9917):630-67. [http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(13\)62407-1](http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(13)62407-1)
32. Santos BS. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2002.



Esta publicação está sob a licença Creative Commons Atribuição 3.0 não Adaptada.
Para ver uma cópia desta licença, visite http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/deed.pt_BR.